

# Manual de Sustentabilidade para a Família de Equipamentos de Informática do Estado de Minas Gerais

*Diretoria Central de Licitações e Contratos (DCLC) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado de Minas Gerais*

## Contexto

As Compras Públicas Sustentáveis representam uma nova forma de agir do Estado de Minas Gerais, que passa a compreender a influência de seu poder de compra no mercado, sendo capaz de induzir um novo padrão de consumo e de otimizar suas compras, no sentido de adquirir produtos e serviços com um número ainda maior de benefícios para a administração pública e para a sociedade. A licitação sustentável, portanto, chama atenção às consequências da decisão de compra, no longo prazo, voltando-se para a questão da eficiência da compra e do efetivo valor de um produto ou serviço, considerando todo o seu ciclo de vida.

No ano de 2013, foi adquirido pela Administração Pública estadual R\$ 150.289.887,79 em itens marcados como sustentáveis no Catálogo de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais (CATMAS), que possui um total de 481 itens sustentáveis. Proporcionalmente, aproximadamente 2,14% do valor das compras de 2013 foram de itens sustentáveis no CATMAS. Cerca de 1% dos itens de material ativos do CATMAS são marcados como sustentáveis.

A política estadual de compras sustentáveis foi legitimada pelo Decreto Estadual nº. 46.105, de 2012. Em seu art. 8º foi estabelecido que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) seria responsável pela coordenação de estudos técnicos para incorporação de critérios sustentáveis em famílias de materiais, serviços e obras. Assim, definiu-se que a primeira família a ser trabalhada seria a de equipamentos de informática.

Nesse cenário, o **Manual de Sustentabilidade para a Família de Equipamentos de Informática** foi elaborado pela DCLC em parceria com a Diretoria Central de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (DCGTIC).

## Objetivos da iniciativa

O Manual de Sustentabilidade para a Família de Equipamentos de Informática teve como objetivo a definição de critérios sustentáveis para a aquisição e descarte de computadores, notebooks, serviço de impressão e cabeamento estruturado, sendo sua adoção obrigatória a todos os órgãos e entidades do

Esse caso de boa prática foi desenvolvido no âmbito do Projeto 'Compras Sustentáveis pela Inovação e por uma Economia Verde e Inclusiva', financiado pelo Fundo de Prosperidade do Governo Britânico representado pela Embaixada Britânica em Brasília, tendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) como beneficiários, e implementado pelo Secretariado para América do Sul do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade.

PARCERIA

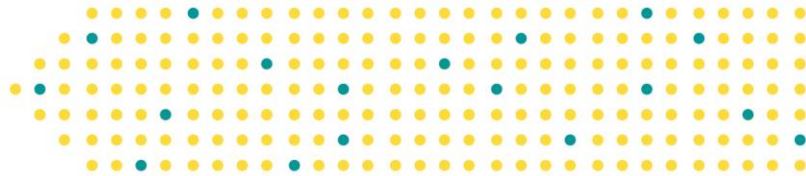


Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



APOIO





Estado de Minas Gerais.

## Critérios utilizados

Inicialmente foi realizada uma pesquisa a fim de delimitar os itens mais adquiridos pelo Estado, da família de equipamentos de informática. Em seguida, foram selecionados os itens com maior possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade, dentre eles: computadores, notebooks, serviço de impressão e cabeamento estruturado.

Foram elaboradas as definições de uso dos equipamentos e, a partir de pesquisas técnicas, a DCGTIC elaborou as novas especificações sustentáveis dos respectivos itens, as quais foram incluídas no CATMAS.

O Manual também traz uma política de descarte para esses itens.

As especificações técnicas descritas no manual são disponibilizadas nos itens do CATMAS e são devidamente marcados no sistema como “sustentável”. Uma vez ativos, esses itens serão de utilização obrigatória, tornando compulsória a adoção da sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços de informática, o que garante o sucesso da iniciativa.


Para a elaboração do Manual focou-se, principalmente, na ótica ambiental da sustentabilidade, refletida nas especificações técnicas dos itens estudados. Todavia, levou-se em consideração, também, a ótica da sustentabilidade socioeconômica na formulação da política de descartes dos materiais.

## Resultados da iniciativa

O Manual foi publicado em dezembro de 2013 e disponibilizado no Portal de Compras MG.

A partir dessa iniciativa, a aquisição de materiais livres de chumbo, monitores de LED e tinta atóxica se tornou obrigatória, além de trazer boas práticas de uso, consumo e descarte adequado. A observância do Manual é obrigatória, conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 46.105/2012.

Com isso, o impacto ambiental gerado pelas compras governamentais tem sido reduzido, buscando promover o desenvolvimento nacional sustentável, seguindo as determinações do art. 3º da Lei nº 8.666/93.



Esse caso de boa prática foi desenvolvido no âmbito do Projeto ‘Compras Sustentáveis pela Inovação e por uma Economia Verde e Inclusiva’, financiado pelo Fundo de Prosperidade do Governo Britânico representado pela Embaixada Britânica em Brasília, tendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) como beneficiários, e implementado pelo Secretariado para América do Sul do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade.

PARCERIA

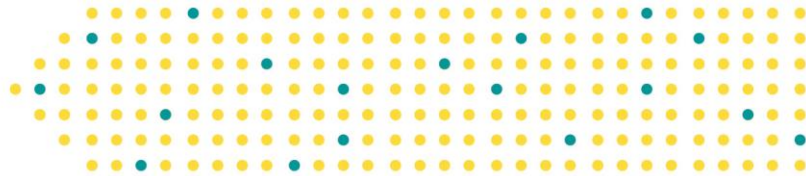


Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



APOIO





## Lições Aprendidas

Durante os estudos ficou claro que apenas o conhecimento legal sobre compras públicas não é suficiente para a definição de especificações dos itens sustentáveis, sendo necessário o conhecimento técnico sobre a família de materiais trabalhada.

Além disso, cabe destacar que a produção do documento foi viável a partir do envolvimento de diferentes áreas da instituição, o que contribuiu para que o produto final estivesse alinhado às expectativas.

## Replicação

Este manual pode ser utilizado para embasamento das compras de outras instituições públicas e privadas, tornando-se referência em sustentabilidade para a família de materiais de informática.

Além disso, a metodologia desenvolvida no manual será utilizada também para a elaboração de manuais de sustentabilidade para outras famílias de compras.

## Para mais informações

Lívia Colen Diniz

Diretora da Diretoria Central de Licitações e Contratos


Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

E-mail: [livia.diniz@planejamento.mg.gov.br](mailto:livia.diniz@planejamento.mg.gov.br)

Website: [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br)

End. Rodovia Pref. Américo Gianetti, s/nº. - 2º andar - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde – Belo Horizonte – MG.

Tel.: +55 (31) 3915-0336



Esse caso de boa prática foi desenvolvido no âmbito do Projeto 'Compras Sustentáveis pela Inovação e por uma Economia Verde e Inclusiva', financiado pelo Fundo de Prosperidade do Governo Britânico representado pela Embaixada Britânica em Brasília, tendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) como beneficiários, e implementado pelo Secretariado para América do Sul do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade.

PARCERIA



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



APOIO

